



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

JOSÉ MAURÍCIO LAGES DIANA

**Gestão Ambiental da Universidade de Brasília:  
Avanços e Desafios**

Brasília – DF

Novembro/2012

JOSÉ MAURÍCIO LAGES DIANA

**Gestão Ambiental da Universidade de Brasília:  
Avanços e Desafios**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração como requisito parcial à  
obtenção do título de Especialista em Gestão  
Universitária.

Professor Orientador: Msc. Mamede Said Maia Filho.

Brasília – DF

Novembro/2012

Diana, José Maurício Lages.

Gestão Ambiental da Universidade de Brasília: Avanços e Desafios /  
José Maurício Lages Diana. – Brasília, 2012.

33 f.: il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília,  
Departamento de Administração, 2012.

Orientador: Mestre, Mamede Said Maia Filho, Faculdade de Direito.

1. Educação Ambiental. 2. Gestão Universitária. 3. Política e  
Gestão Ambiental.

Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Departamento de Administração

**Gestão Ambiental da Universidade de Brasília:  
Avanços e Desafios**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Universitária da Universidade de Brasília do aluno:

**José Maurício Lages Diana**

**Professor Mestre, Mamede Said Maia Filho**  
Professor Orientador

**Doutor, Jorge Cordeiro Cunha**  
Professor-Examinador

Brasília, 12 de novembro de 2012

Dedico este trabalho aos meus amigos, em especial a André Márcio Nogueira, a quem devo a minha formação e por ter me apoiado e dado força, quando não tinha mais nenhuma... A vocês dedico este trabalho, de coração.

## **AGRADECIMENTOS**

Registro a gratidão ao Decanato de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília e a todos os professores, pessoas da área administrativa e colegas do curso de Especialização em Gestão Universitária – Turma VII - pelo apoio e estímulo pessoal durante todo o curso.

Um agradecimento especial ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, pelo incentivo, estímulos constantes e paciência durante todo o período do curso; ao Professor Mestre Mamede Said Maia Filho, orientador da monografia, que, além do impulso inicial ao projeto, ofereceu ao longo do tempo seus conhecimentos, sua experiência e atenção, fatores indispensáveis à conclusão da pesquisa; a Valéria Gentil, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, pelo apoio e incentivo.

A Coordenadora do curso, Professora Doutora Josivânia Silva Farias, pela sua incansável dedicação e paciência com a turma.

Finalmente, a minha família, que, direta ou indiretamente, contribuiu para a realização deste curso.



*"É preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê..." (Marcelo Camelo)*

## **RESUMO**

Esta monografia analisa os avanços e desafios da Agenda 21 da Universidade de Brasília no campo do desenvolvimento sustentável e avalia o instrumento como documento de referência para promover um novo paradigma focado na gestão ambiental. A integração dos atores sociais envolvidos, que vai além do que está dentro da Instituição, e os incentivos às iniciativas mais verdes nos *campi* são os grandes desafios para os próximos anos. A falta de compromisso dos gestores e a resistência política de achar que essa é uma “onda ambiental” retardam o modelo de gestão universitária adequada. A pesquisa também sinaliza algumas ações que podem contribuir para o melhoramento das questões ambientais e que perpassam por processos fundamentais como política, gestão e educação ambiental. Conclui-se que investimentos para uma política adequada de gestão ambiental, além de fomentar ações sustentáveis, proporcionam resultados condizentes com a crise ambiental que estamos enfrentando. Outra saída importante seria a elaboração de um regulamento, a ser aprovado pelos colegiados superiores, que permitam a institucionalização de uma política ambiental dentro da Universidade de Brasília.

**PALAVRAS CHAVES:** 1. Educação Ambiental. 2. Gestão Universitária. 3. Política e Gestão Ambiental.



## **ABSTRACT**

This project analyses the advances and challenges of the Agenda 21 at University of Brasilia in the field of sustainable development and evaluates the instrument as a reference document to promote a new paradigm focused on environmental management. The integration of the involved stakeholders which goes beyond what is within the Institution, and green incentives initiatives on campus are the major challenges for the next few years. The lack of commitment of managers and political resistance to think that this is an "environmental wave" inhibits an adequate model of university management. The research also indicates that some of the actions may contribute to the improvement of environmental issues and for fundamental processes that underlie such policies including management and environmental education. We conclude that adequate investments to a policy of environmental management, in addition to promoting sustainable actions, provide results consistent with the environmental crisis we are facing. Another important output would be to build an environmental policy within the University of Brasilia. An important regulation that would have to be approved by higher collegiate.

**Keywords:** 1. Environmental Education. 2. University Management. 3. Policy and Environmental Management.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	11
1.1 – Objetivos.....	12
1.2 – Objetivos Específicos.....	12
2 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGENDA 21 INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL .....	13
3 – A AGENDA 21 NA UnB.....	18
4 – INVESTIGAÇÃO DE CAMPO - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
5 – PROBLEMAS E DESAFIOS DA AGENDA AMBIENTAL DA UnB.....	24
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
7 – REFERÊNCIAS.....	32

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos resultados da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92, ou Eco-92) foi a difusão de idéia de construção de agendas para o século seguinte que tratassem dos principais problemas que afetam a humanidade e as conseqüências desses problemas sobre o planeta. Essas agendas têm o propósito de delinear caminhos a serem seguidos para se chegar, o mais rápido possível, em uma situação próxima do que se havia conceituado como desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland (1987) “entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades”<sup>1</sup>.

Foram desenhados diversos tipos de agenda, todas tentando abarcar os diferentes ambientes da vida na Terra. A Agenda Verde é voltada para os problemas que envolvem a fauna, a flora, a atmosfera; a Agenda Azul trata dos recursos hídricos e a Agenda Marrom do meio ambiente urbano. Com base nessas agendas é que foram concebidos os projetos de desenvolvimento sustentável, tanto na academia quanto nos outros setores da sociedade.

O objetivo deste projeto é elaborar um diagnóstico da situação atual da Agenda 21 da Universidade de Brasília que pode servir como instrumento para interligar e mobilizar a comunidade universitária, fazendo interagir ensino e extensão, pesquisa e integrando as atividades para a gestão sustentável e coletiva, tomando como base seus aspectos socioambientais. Pode-se dizer que a idéia central dessa agenda foi estimular funcionários, professores e estudantes a desenvolver ou participar de projetos de sustentabilidade ambiental.

De acordo com o Núcleo da Agenda Ambiental (2007), uma agenda como esta não poderia sair de um grupo de especialistas com conhecimentos técnicos, mas sim por meio da participação da comunidade universitária. Nesse sentido, perguntava-se até que ponto a mobilização dos envolvidos, a articulação de pesquisas, projetos e ações poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de vida no *campus*. De que forma tal política de gestão ambiental e programas de educação ambiental foram enfrentados por todos os atores sociais envolvidos?

---

<sup>1</sup> O Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, representa uma iniciativa, anterior à Agenda 21, na qual reafirma uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos e reproduzido pelos países em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso exacerbado dos recursos naturais que desconsidera a capacidade de suporte dos ecossistemas.

As respostas a essas questões não apareceram facilmente, mesmo porque a Agenda foi perdendo força por falta de interesse por parte de alguns dos atores envolvidos com esse projeto. Segundo arquivo digital do Decanato de Extensão (DEX), “faltou intensidade e perseverança na mobilização da comunidade e decisão política dos gestores e instituições responsáveis” a fim de garantir a continuidade das ações socioambientais desenvolvidas de 1998 a 2008. (VIEIRA, 2011).

Vários esforços foram empreendidos no sentido de resgatar a Agenda 21 da UnB, com propostas de aperfeiçoamento. Segundo Vieira (2011, p. 37), a nova Agenda Ambiental propunha ser um programa transversal e estratégico, a partir da interação do ensino com a pesquisa e a extensão universitária. Esse programa passaria por consultas sobre problemas locais, bem como debates, construção coletiva de soluções sustentáveis e por uma mudança de atitude na realização de tarefas cotidianas, que faziam parte da rotina e da organização da UnB.

Com o intuito de efetivar essa Agenda, a proposta do Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) foi inspirada no projeto Cultura Viva do Ministério da Cultura. O objetivo era potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora. Pretendia-se fomentar uma rede horizontal de transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolvesse a todos. Contudo, mediante tal magnitude e complexidade, quais foram os avanços e quais são os desafios para os próximos anos? Como os “fatores externos e internos” afetaram e afetam a continuidade do desenvolvimento da Agenda 21 da UnB?

Este trabalho tem como **objetivo geral** analisar a situação atual da Agenda 21 da Universidade de Brasília (UnB), considerando os avanços obtidos e desafios para os próximos anos.

Para conseguir responder as questões implícitas no objetivo geral foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**, cuja função é avaliar as categorias de análise do trabalho, bem como as relações entre elas.

- 1) Avaliar os aspectos históricos que marcaram a elaboração da Agenda 21 da UnB;
- 2) Identificar os avanços obtidos pós Agenda 21, bem como os desafios para os próximos anos;
- 3) Elaborar propostas de aperfeiçoamento de gestão socioambiental para a universidade.

Cada um desses objetivos específicos corresponde a um capítulo da monografia.

Contudo, este trabalho pretende elaborar um diagnóstico da situação atual da Agenda 21 da Universidade de Brasília, com base nos aspectos socioeconômicos e ambiental. Em linhas gerais, a idéia central dessa agenda é estimular funcionários, professores e estudantes em projetos de sustentabilidade ambiental.

## **2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGENDA 21 INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL**

A Agenda 21 Internacional representa um plano de ação da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem como mola propulsora a busca pelo desenvolvimento sustentável. Esse documento foi elaborado por meio da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no evento denominado Rio 92 no Brasil.

Algumas evidências foram discutidas frente aos desafios do desenvolvimento e do meio ambiente. Os Estados estabeleceram uma nova parceria internacional, ou seja, todos os países estariam comprometidos a estabelecer parâmetros de diálogos a fim de alcançar uma economia mundial mais equitativa e equilibrada. O desenvolvimento sustentável tornar-se-ia prioridade na Agenda Internacional. Nesse novo molde, o desenvolvimento teria que ser um ambiente econômico e internacional, com políticas consistentes no plano nacional.

Caso não se seguisse as prescrições estabelecidas nesse encontro, à resposta inevitável seria o fracasso do desenvolvimento sustentável. Assim, o processo de desenvolvimento não terá sucesso se a economia internacional carecer de dinamismo e estabilidade e for cercada de incertezas.

A cooperação dos países teria que apoiar e complementar as políticas internas tanto nos países desenvolvidos (PDs), quanto nos países em desenvolvimento (PEDs), para que haja um avanço mundial. Seria então, fundamental que a economia internacional oferecesse clima propício para a realização das metas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento, quais sejam: a) estímulo ao desenvolvimento sustentável a partir da liberação do comércio; b) apoio recíproco entre meio ambiente e comércio; c) oferta de recursos financeiros aos PED's em detrimento a dívida externa; e d) estímulo às políticas macroeconômicas que favorecessem o meio ambiente e o desenvolvimento.

O papel dos Governos seria o de garantir à humanidade o desfrute de um meio ambiente seguro e estável, além de trabalhar para construir consensos entre as áreas ambientais, desenvolvimento e comércio. Tais propósitos, conexos, devem estar na pauta dos foros internacionais e nas políticas internas de cada nação.

Desde 1992, o Brasil tem procurado configurar o desenvolvimento sustentável como uma básica estratégia nacional. Somam-se 20 anos pós Rio-92. De lá até os dias atuais, o país tem procurado adotar políticas para o meio ambiente e desenvolvimento. Cada vez mais, as políticas sobre tais questões vêm ganhando força para que ocorram transformações fundamentais.

Antes de prosseguir com os compromissos estabelecidos pelas Agendas 21, delineiam-se duas perguntas: como se deu o processo de descoberta do termo desenvolvimento sustentável e por que a necessidade da criação de Agendas Internacionais, Nacionais e Locais? Para responder a essas questões, dois parâmetros foram utilizados: a história do desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas e a Carta da Terra.

Em 1972, a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano), realizada entre os dias 5 a 16 de junho, foi o primeiro encontro mundial a tentar organizar as relações homem-natureza. Naquele momento, a sociedade científica já determinava a existência de graves problemas futuros por conta da poluição atmosférica das indústrias. O evento reuniu os PDs e os PEDs com o objetivo de desenhar os direitos da família num ambiente produtivo e saudável. Consecutivamente, várias reuniões foram realizadas com temas como habitação segura, direitos dos indivíduos a alimentação adequada, planejamento familiar, água potável, dentre outros.

Essa preocupação com os rumos da humanidade e meio ambiente levou a criação de instituições internacionais dentro do próprio sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1980, a União para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais ou *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) publicou uma Estratégia de Conservação Mundial (WCS). Observe-se que a IUCN foi fundada em 1948 e já tinha a missão de influenciar, encorajar e assistir a conservação da integridade e biodiversidade, de modo a assegurar que os usos dos recursos naturais fossem equitativo e ecologicamente sustentáveis. Entretanto, naquela ocasião, em 1980, o objetivo era de conceituar o termo desenvolvimento sustentável. Com isso, a conservação da natureza deixaria de ser vista de uma maneira isolada. O desenvolvimento seria fundamental para minimizar alguns problemas com impactos diretos na natureza, tais como a pobreza e a miséria. A interdependência entre desenvolvimento e conservação dependeria do cuidado com a Terra. E que, sem esse cuidado, a humanidade estaria correndo um grande risco.

Em novembro de 1982, a iniciativa da WCS culminou na aprovação da Carta Mundial da Natureza, durante a assembléia geral da ONU. Essa carta contém a afirmação de que os

seres humanos são parte da natureza e dependem do funcionamento contínuo dos sistemas naturais.

No ano seguinte, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) foi criada. O objetivo desse Grupo independente delegado pela Assembléia Geral da ONU era de elaborar “uma agenda global para a mudança”. Esta foi uma das iniciativas anteriores à criação das Agendas 21. A ideia era reafirmar uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelos PED’s. Os países se depararam com os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, desconsiderando a capacidade de suporte dos ecossistemas. Era evidente a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e o nível de produção e consumo vigente.

No ano de 1987, com a publicação do documento Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) ou Relatório Brundtland, a comissão ampliou a compreensão da interdependência global e da relação entre economia e meio ambiente. O relatório abordou de modo interdisciplinar questões socioeconômicas, culturais, ambientais e globais. Dessa forma, o meio ambiente não existe de uma forma isolada, ou seja, separada das ações, necessidades e ambições humanas. O ambiente e o local onde todos vivem e o desenvolvimento e tudo o que fazemos na tentativa de contribuir como a nossa “casa”. Os dois são inseparáveis. Assim, neste documento, o desenvolvimento sustentável foi concebido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) com o intuito adotar uma agenda que considerasse essas duas dimensões: meio ambiente e desenvolvimento no século 21. Assim surgiu a Agenda 21 – um programa de ação para o desenvolvimento sustentável no qual se reconhece o direito de cada país de buscar seu progresso socioeconômico, atribuindo aos Estados a responsabilidade de adotar estratégias de desenvolvimento sustentável. Outros acordos também foram feitos na Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre as Mudanças do Clima.

A UNCED, pela primeira vez, estimulou grupos e legitimou suas participações no processo de desenvolvimento sustentável. Essas participações têm se mantido até os dias atuais. Naquele momento, o estilo de vida da sociedade também foi debatido (Princípio 8 da Declaração do Rio). Assim, a urgência de uma mudança considerável nos modos de produção e consumo foi reconhecida por todos os líderes de Estado. A Agenda 21 reafirmou que os

pilares do desenvolvimento sustentável são a integração dos aspectos socioeconômicos e ambientais.

O lema da conferência foi “Harmonia com a Natureza”. De acordo com o primeiro princípio da Declaração do Rio, a frase retratou a idéia de que os seres humanos estão no centro da questão, ou seja, no centro da preocupação com o desenvolvimento sustentável. Os indivíduos têm direito a vida saudável e em harmonia com a natureza. Em 1993, a UNCED instituiu a CSD (Comissão para o Desenvolvimento Sustentável). O objetivo era acompanhar a implementação da Agenda 21. Já em 1997, a 19 Sessão Especial da Assembléia Geral (UNGASS – 19) planejou um Programa para Implementação da Agenda 21.

Dez anos depois da Rio 92, em 2002, um grande evento em Joanesburgo (Rio+10) de acompanhamento chamada Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) redelineou o compromisso com o desenvolvimento sustentável. A conferência estipulou o Plano de Implementação de Johannesburgo (JPOI).

Em dezembro de 2009, a Assembléia Geral da ONU adotou uma Resolução (A/RES/64/236) acordando a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) em 2012 (a Rio+20). Os objetivos da Conferência são três: garantir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliar as lacunas de progresso e de execução no cumprimento dos compromissos já assumidos, bem como abordar desafios novos e emergentes. Para a Conferência, os países acordaram dois grandes temas, quais sejam: economia verde, sustentabilidade e erradicação de pobreza, e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável tem sido incorporado em muitas declarações da ONU e sua complexa implementação tem sido visto de forma otimista pelas instituições e organizações do mundo. Entretanto, há um consenso no que se refere à dificuldade de atribuir ao pilar ambiental o mesmo reconhecimento dos outros dois pilares, social e econômico.

O alerta dos cientistas e da sociedade civil sinalizando a precariedade e vulnerabilidade do planeta terra ocorre desde 1960. A Carta da Terra é uma declaração dos povos sobre a responsabilidade universal e interdependência global, cujos princípios éticos fundamentais são a construção de um mundo sustentável, justo e pacífico, identificando os desafios para a humanidade enfrentar no século XXI. Esse documento é o resultado de diálogos interculturais de âmbito internacional – objetivos comuns e valores compartilhados. A redação da Carta da Terra, como exemplo, envolveu o mais participativo e inclusivo processo associado à elaboração de uma declaração internacional. Um marco de guia ético. A



legitimidade do documento se fortaleceu com adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo organizações internacionais e organismos governamentais.

Entretanto, um número cada vez mais crescente de juristas internacionais alerta que, à luz desta legitimidade, a Carta da Terra vem adquirindo um *status* de lei branca ou “*soft law*”, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essas leis brancas são consideradas moralmente, mas não juridicamente obrigatórias para os governos. Os Estados aceitam subscrevê-las e adotá-las, bem como servem de base para o desenvolvimento de uma lei *stritu senso* - “*hard law*”. Assim, é urgente a necessidade de mudar o modo como pensamos e vivemos. A Carta da Terra representa um desafio a examinar valores e a escolher um melhor caminho. Alianças internacionais são cada vez mais necessárias. A Carta da Terra e as Agendas 21 encorajam a busca incessante de adotar uma nova ética global, partilhada por todos os diferentes atores sociais ou *stakeholders*. Elas oferecem instrumentos educacionais muito valiosos, mesmo por que educação e desenvolvimento sustentável caminham juntos.

Contudo, há 20 anos atrás os objetivos da Agenda 21 Internacional sinalizavam a complexidade e dimensão dos problemas. Considerando as dimensões socioeconômicas, dentre outras, deveria haver um comprometimento e cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países emergentes e políticas internas correlatas. A Agenda seria uma espécie de “força tarefa” dos PDs e PEDs. Entretanto, não se sabe ao certo quais foram os avanços alcançados, ressalta-se aqui a importância dos dados, o nível de interação entre os países, e quais bases/propostas para ação foram utilizadas pós Rio 92.

Para cumprir esses e outros desafios, foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 – CPDS, com o objetivo de coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira. Sabe-se que para o desenvolvimento dessa Agenda, adotou-se uma metodologia multissetorial, baseada na realidade brasileira. Com enfoque na interdependência das dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada por meio de parcerias, tendo em vista que as ações propostas por ela não poderiam ser tratadas de forma restrita, ou seja, apenas como programa de Governo, mas sim como um produto de esforços e consensos entre os diferentes atores sociais. Dessa maneira, a base para a elaboração da Agenda 21 Brasileira partiu de seis eixos temáticos, quais sejam: a) Gestão dos Recursos Naturais; b) Agricultura Sustentável; c) Cidades Sustentáveis; d) Infraestrutura e Integração Regional; e) Redução das Desigualdades Sociais; e f) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Ressalta-se, assim, o grande desafio relacionado à gestão dos recursos naturais.

Não obstante, ações locais também são parte do processo de transição para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, tão importante quanto as Agendas Internacional e Nacional, serão as estratégias adotadas para Agenda 21 Local. Assim, a partir de uma Agenda 21 Local, as comunidades identificam suas potencialidades. Os passos para a criação de uma agenda nesses moldes seriam: 1) mobilizar para sensibilizar Governo e sociedade; 2) criar o Fórum da Agenda 21 Local; 3) elaborar o diagnóstico participativo; 4) elaborar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável; 5) implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável; e 6) monitorar e avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Tanto quanto a participação de todos, o papel das Universidades é de grande valia. Para que a Agenda 21 Local seja um importante instrumento de mobilização social, é preciso difundir seus conceitos e pressupostos junto às comunidades, movimentos sociais, escolas, setor produtivo, instituições governamentais, dentre outros. Essa iniciativa foi tomada pela Universidade de Brasília e se evoluiu/aperfeiçoou ao longo dos anos.

### **3. A AGENDA 21 NA UNB**

A construção da Agenda 21 da Universidade de Brasília iniciou-se em 1998. Essa Agenda foi baseada na Agenda 21 Brasileira e utilizou, a princípio, diagnósticos do Programa UnB Verde de 1994, dados da Prefeitura do *Campus* e do Decanato de Assuntos Comunitários. Nesse mesmo ano, foi elaborado o Programa Agenda 21 da UnB, no qual se procurou destacar a ausência de definição de uma Política Ambiental para UnB e a falta de um sistema estruturado de gestão ambiental para a Universidade.

Em 1999, iniciaram-se os trabalhos da comissão organizadora para o Seminário Agenda 21 da UnB. Dessa forma, foram instaladas 25 urnas em pontos estratégicos do *campus* Darcy Ribeiro para coletar as opiniões da comunidade acadêmica sobre os mais importantes temas ambientais que deveriam ser discutidos. Houve também a realização do seminário “Agenda 21 da UnB”, com debates sobre os principais problemas socioambientais observados na Universidade. Naquele ano, foram definidos 5 (cinco) temas prioritários: Energia, Água, Áreas Verdes, Resíduos Sólidos e Alimentação e Saúde. Todos esses temas caracterizados transversalmente pela Educação Ambiental. Além disso, foram formados Grupos de Trabalho (GT's) para atuarem na Universidade e nas respectivas áreas temáticas.

Em 2000, o Decanato de Extensão passou por um momento de transição. A coordenação do Programa Agenda 21 da UnB passou para o Decanato de Assuntos

Comunitários – DAC, onde os Grupos de Trabalho continuaram atuando até 2003. Com dificuldades para dar continuidade ao processo, as atividades dos GTs foram interrompidas e retomadas em 2007.

No ano consecutivo, foram selecionados 7 (sete) projetos pelo edital supracitado: *Mostre seu Amor pela UnB*, com o apoio institucional e financeiro do NAA/Decanato de Extensão. Dessa forma, viabilizaram-se ações focadas na sustentabilidade do próprio *campus*. Foi um período difícil e marcado por atitudes que buscavam resgatar o passado como a Campanha “Sou UnB, Jogo Limpo”. O primeiro Edital lançado em 2007 fomentou projetos desenvolvidos em 2008 e disponibilizou, por meio de uma parceria entre o DEX e a Fundação de Empreendimento Científicos e Tecnológicos (FINATEC), 30 mil reais para apoio aos primeiros sete projetos com orçamento até cinco mil reais por iniciativa sustentável a ser desenvolvida nos *campi*. Além do recurso, cada projeto tinha direito a solicitar uma ou duas bolsas de extensão para remuneração de alunos da graduação.

As inscrições podiam ser feitas em três frentes: Transporte Sustentável, Resíduos Sólidos e Saúde & Nutrição. O Edital “Mostre Seu Amor pela UnB”, lançado em 2007, representou uma forma de incentivo e de apoio à consolidação da mandala de PACS, tendo como objetivo inicial o fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão que contribuíssem para a promoção a sustentabilidade nos *campi* alinhados com as propostas da Agenda Ambiental. A estratégia de lançamento do edital pretendia também estimular o cadastro de PACS e a conseqüente vinculação dos projetos socioambientais existentes na UnB à Agenda. O cadastro das ações como PACS era pré-requisito para concorrer ao recurso disponibilizado; assim, partia-se do pressuposto que a inscrição no edital levaria, naturalmente, ao mapeamento de ações sustentáveis em todos os *campi* e ao registro das mesmas como PACS junto ao NAA. (VIEIRA, 2011).

Os projetos selecionados entraram em vigor em março de 2008 e suas atividades transcorreram durante os dois semestres letivos seguintes. Ainda em meados de 2008, depois de conturbado momento político na universidade marcado pelo afastamento do Reitor e de toda a equipe de gestão, assumiu a gestão do Decanato de Extensão o professor Alexandre Bernardino Costa. Nesta época, as atividades frequentes e bem sucedidas da Agenda, como as campanhas *Sou UnB*, *Jogo Limpo* e *Mostre Seu Amor pela UnB*, favoreceram que os recursos para o edital de 2009 fossem ampliados para 37 mil reais, o que possibilitou a aprovação de nove projetos. Após as eleições universitárias, o momento político tornou-se especialmente próspero ao tratamento da questão ambiental. Isto porque estava dentre as metas de campanha assumidas pelo Reitor recém-empossado, José Geraldo Júnior, o compromisso de fazer uma

gestão alinhada com a sustentabilidade ambiental. No final daquele ano, a equipe do Núcleo Agenda Ambiental (funcionários e extensionistas) foi recebida na sala do Reitor para apresentar a proposta da Agenda Ambiental. Na ocasião, entregaram ao Reitor um documento que esboçava uma proposta de políticas públicas para a gestão socioambiental sustentável dos *campi* desenvolvido no âmbito da Comissão da Agenda Ambiental. Naquele momento, na presença de membros dos PACS, e diante dos meios de comunicação internos de registro, foi reafirmado o compromisso da gestão da universidade com a sustentabilidade socioambiental. Tal documento foi desdobrado posteriormente durante o seminário desenvolvido pela Agenda Ambiental no ano seguinte. (VIEIRA, 2011). Em 2008 também foram distribuídas canecas no Restaurante Universitário (RU) como forma de conter o uso de corpo descartáveis.

Já em 2009, o edital “Mostre Seu Amor Pela UnB” 2009 já contemplaria 10 projetos nas áreas de resíduos sólidos, saúde e nutrição, transporte sustentável e comunicação e educação ambiental. Os esforços foram ampliando e ganhando força naquilo que era possível fazer. Ampliou-se a distribuição de 2000 canecas no RU e houve trote ambiental dos estudantes do *campus* de Ceilândia. O dia 18 de setembro foi nomeado como o “Dia da Caneca” no RU, caracterizado pela não disponibilização de copos descartáveis para uso no restaurante. Em seguida, no dia 22 de Outubro o Dia da Caneca passou a ser estendido às quintas-feiras. Durante o curso de verão, em janeiro de 2010, as quartas-feiras também passam a ser incluídas como “Dia da Caneca”. Por outro lado, foram tomadas atitudes no sentido de fortalecer a articulação e a integração com os demais setores da Universidade, Prefeitura, DAC/RU/DAS/DEA. E foram elaboradas políticas públicas para a otimização da gestão socioambiental nos *campi*. Segundo Vieira (2011), em 2009, a Agenda se transformou no principal braço executivo da frente para a sustentabilidade na UnB, com apoio da gestão superior. O momento político aliado aos projetos e campanhas bem sucedidos possibilitou mais avanços. O corpo técnico foi ampliado e o número de bolsas de estágio técnico para funcionários do Núcleo aumentou de duas para quatro bolsas de 40 horas cada. As bolsas de extensão para estudantes da graduação também foram garantidas, sendo duas por projeto do edital e três para composição da equipe do NAA.

Em 2010 o lançamento do edital *Mostre Seu Amor pela UnB* foi adiado para o segundo semestre daquele ano devido à greve dos funcionários. Diante do curto tempo para execução das ações, a verba também foi reduzida a 24 mil reais. Cada projeto poderia solicitar até dois mil reais para a compra de materiais e as equipes teriam de trabalhar sem bolsas de extensão. Apesar da redução do teto para o financiamento dos projetos, houve a ampliação do número de iniciativas aprovadas para 13. A divulgação dos projetos aprovados saiu somente em

outubro de 2010 e todo recurso teria de ser empenhado em menos de um mês, pois apesar do descompasso do calendário acadêmico as contas da universidade fechariam no início de novembro, como de costume. O complicado processo de empenho de verba pública inviabilizou o uso da maior parte recurso aprovado. Alguns projetos conseguiram apresentar orçamento a tempo, alguns optaram por dar andamento às propostas mesmo sem o recurso e outros, desmotivados, tornaram-se ausentes das atividades e reuniões do NAA.

Entretanto, a greve de 2010 e as instabilidades decorrentes dela reanimaram o debate de uma questão diversas vezes levantada em espaços formais e informais da universidade: a necessidade de uma política institucional para gestão socioambiental nos *campi*. Somente esta poderia garantir a continuidade das ações por tempo suficiente para que houvesse de fato uma transformação em prol da sustentabilidade.

Simultaneamente, a distribuição de canecas se intensificou e passou a compor o kit calouro dos estudantes que ingressaram nos anos 2010 e 2011 em todos os *campi* da UnB. Com a colaboração de todos, em agosto 2010 o RU deixou de fornecer os copos descartáveis ficando os estudantes, funcionários, professores, dentre outros, responsáveis por levarem caneca para se servirem de suco.

Para Vieira (2011, p. 126), “o Projeto da Agenda Ambiental poderia fomentar a criação de uma rede de Pontos de Ação Culturais Sustentáveis (PACS) na UnB”. Esse processo consistiria em mapear, articular, fortalecer e fomentar iniciativas de alunos, professores ou funcionários relacionadas com a gestão sustentável dos *campi*. Assim, continua Vieira, uma mandala socioambiental seria composta a partir da formação dos PACS e da sua conseqüente aglutinação em coletivos temáticos por afinidades de interesse e em um conselho geral de articulação.

Dessa forma, os PACS seriam os nós fundamentais da rede de iniciativas socioambientais e que foram inspiradas no diagnóstico da agenda anterior, quais sejam:

- |                           |  |
|---------------------------|--|
| a) Resíduos Sólidos       | Ações para gestão compartilhada de resíduos sólidos, consumo consciente, reciclagem, coleta seletiva, dentre outras. |
| b) Saúde e Nutrição       | Saúde integral, ecologia profunda e alimentação ecológica.   |
| c) Mobilidade Sustentável | Promoção de formas de locomoção sustentáveis, sobretudo não poluentes.   |

- d) Comunicação e Educação Ambiental Projetos pedagógicos e comunicativos com vistas à capacitação, mobilização e circulação de informação para sustentabilidade.
- e) Áreas Verdes e Espaços de Convivência Revitalização e/ou construção de ambientes comunitários utilizando tecnologias e promovendo práticas sustentáveis.
- f) Água e Energia Utilização sustentável da água e da energia nos *campi*.

Segundo depoimento da ex-coordenadora do NAA, Vera Catalão, a idéia era que os PACS, nascidos nas diferentes unidades acadêmicas que tratassem de um mesmo tema, se articulassem para criar um coletivo. Os coletivos, por sua vez, teriam representatividade no Conselho de Articulação, que se reuniria para tratar de assuntos de interesse de todas as áreas e articular as iniciativas entre si. Esta mandala, constituída por PACS, Coletivos e Conselho, somada aos membros da comunidade e parceiros diversos, resultaria no Fórum de Mobilização Permanente (FMP) que fomentaria a articulação entre os projetos e manteria um constante debate socioambiental.

De acordo com Vieira (2011), o ponto de partida seria o de mapear as iniciativas socioambientais nos *campi* e fomentar as mesmas por meio de edital.

#### 4. INVESTIGAÇÃO DE CAMPO – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os **procedimentos metodológicos** adotados para realizar a investigação exploratória se baseará em pesquisas bibliográficas nacionais e internacionais. O estudo de caso será feito com base nos dados coletados, bem como em sua discussão. A análise e discussão dos dados pretendem estimular novos debates, sobretudo aqueles de caráter sistêmico, pois eles consideram a totalidade do ambiente e não apenas fragmentos. O presente estudo consistirá também uma investigação exploratória qualitativa.

Dessa forma, a técnica de entrevista semi-estruturada será um dos instrumentos de coleta de dados.

A investigação exploratória se baseia em pesquisas bibliográficas nacionais e internacionais. O estudo de caso terá como objetivo: a) estímulo a novas descobertas; b) ênfase na totalidade; c) procedimentos de coleta; e d) interpretação dos dados.

Adicionalmente, o presente estudo também consiste na investigação exploratória qualitativa. Dessa forma, a técnica de Entrevista Semi-estruturada será um dos instrumentos de coleta de dados.

A pesquisa de campo foi realizada entre dias 3 e 27 de setembro 2012 com 10 atores sociais: sendo 2 dirigentes da FUB, 4 professores, 2 alunos e 2 técnicos administrativos envolvidos no processo de gestão da Agenda 21 da Universidade de Brasília. Assim, objetivou-se entrevistar pessoas com larga experiência para facilitar a análise dos avanços e desafios para os próximos anos, bem como foi elaborado diário de campo, levantamento de dados, dentre outras formas de coleta de informações e observações.

Essas pessoas foram identificadas nos três segmentos da Universidade de Brasília e seguiu um roteiro de entrevistas semi-estruturadas descritas a seguir:

#### **Roteiro de Entrevistas Semi-Estruturadas:**

##### **1) Para os Gestores da Universidade de Brasília**

- a) Implantação da Agenda 21;
- b) Metas Pré-Estabelecidas;
- c) Metas Atingidas;
- d) Avanços e Desafios no Contexto Macro.

##### **2) Para os Gestores/Executores da Agenda 21 da Universidade de Brasília - Decanato de Extensão**

- a) Implantação da Agenda 21 da UnB;
- b) Metas Pré-Estabelecidas;
- c) Metas Atingidas;
- d) Avanços e Desafios no Contexto Micro.

##### **3) Para os Estudantes e Funcionários envolvidos**

- a) Implantação da Agenda 21 da UnB;
- b) Percepção;
- c) Avanços e Desafios.

##### **4) Estudantes em geral/Funcionários/Sociedade Civil**

- a) Percepção;
- b) Participação;
- c) Avanços e Desafios.

## **5. PROBLEMAS E DESAFIOS DA AGENDA AMBIENTAL DA UNB**

Sobre a implantação da Agenda 21 da Universidade de Brasília/UnB, pode-se dizer que ainda hoje há um compromisso com a reconstrução da perspectiva inicialmente proposta. Entre 1997 e 1998, professores de diferentes departamentos se reuniram para discutir questões ambientais; entretanto, naquele momento, o diagnóstico que se tinha era diferente do atual, e muitos problemas políticos relacionados a essa primeira Agenda eram considerados entraves que dificultavam o desenvolvimento e a eficiência desse instrumento.

A Agenda 21 iniciou-se dentro do Decanato de Extensão (DEX), depois passou para o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), retornou ao Decanato de Extensão e, em seguida, ficou sem lugar. Tal instrumento foi se esvaindo por conta das dificuldades políticas internas e pelo malogro, por parte dos setores responsáveis, na construção de um diagnóstico atual abrangente.

Houve, então, uma divisão por parte temática, ou seja, os temas foram divididos e cada setor se encarregou de trabalhar com uma determinada área realizando um diagnóstico. Havia também uma crescente cobrança para que houvesse planejamento por parte daqueles que estavam envolvidos com a Agenda, e assim é que um dos primeiros projetos a serem concluídos foi o planejamento de um trabalho na área de Recursos Hídricos dentro da Universidade, mas que não chegou a ser executado.

Entre os anos de 2006 e 2007, quando professores envolvidos mais diretamente no processo da implantação da Agenda 21 assumiram o Decanato de Extensão, começou-se a pensar numa Agenda Ambiental com o objetivo de remontá-la do tamanho da Universidade e de acordo com as possibilidades de agir, bem como corrigir as falhas do passado. Então, já se tinha um diagnóstico que seria usado como ponto de partida. Esse trabalho que havia sido feito por um primeiro Grupo foi usado como base para se repensar um novo plano, com a Agenda deixando de ser um documento que meramente levantava e apontava os problemas. Na medida em que tais problemas eram conhecidos com muita propriedade, a necessidade que se impunha era a de efetivar atos concretos de ação.

Ao longo dos anos, esses problemas foram ficando cada vez mais complexos, e, com a crise de 2008 na UnB, que culminou na saída do então Reitor, Prof. Timothy Mulholland, houve um processo de desestímulo que contribuiu para a dispersão dos esforços antes empreendidos. O trabalho só foi retomado com a formulação de um plano de metas muito



concretas, que assegurasse o comprometimento dos professores e dos demais segmentos envolvidos.

No início de sua gestão, a atual Reitoria da Universidade teve uma atitude reticente e conservadora com a questão ambiental e, conseqüentemente, com as metas que o grupo queria alcançar. Deixou, então, a iniciativa na esfera do Decanato de Extensão. Em seguida, o desafio foi o de trabalhar em parceria com a prefeitura da Universidade, trabalho que foi bem aceito e divulgado naquele momento como, por exemplo, o da coleta seletiva.

Outro trabalho realizado foi o de capacitação do pessoal da Prefeitura no Projeto Minhocasa. O objetivo era ensinar como fazer um minhocário pequeno para reciclar o lixo orgânico no Campus e, com isso, minimizar a concentração desses resíduos em alguns lugares. A esse respeito, a Universidade vivenciou iniciativas muito ricas. Outro trabalho bastante interessante foi um Projeto de Financiamento do Decanato de Extensão – DEX que consistia basicamente num Concurso de Projetos voltado especialmente para os servidores técnicos administrativos da UnB. Esse projeto foi nomeado como “Mostre Seu Amor pela UnB” com o objetivo de colocar em prática as boas idéias por parte desses técnicos administrativos para que, em seguida, elas fossem fomentadas. O propósito do projeto era original, na compreensão de que as pessoas que lidam com problemas dentro da Universidade durante anos seriam as que melhor podiam falar dos problemas de ordem ambiental como, por exemplo, a iluminação/energia no campus.

O espaço para esse tipo de projeto, em princípio, não era muito significativo, mas um grupo de professores engajados com as questões ambientais conseguiu um financiamento pequeno – em torno de R\$ 5.000,00 por projeto – para colocar em prática iniciativas surgidas, principalmente, entre servidores da UnB. Não havia restrição alguma, porém, para que o trabalho envolvesse alunos, ou que surgisse de iniciativas pessoais, privilegiando-se o propósito de escolher projetos que, de alguma forma, contribuíssem para a gestão ambientalmente sustentável.

O Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) também foi estruturado, e o DEX e seu serviço específico passou a ter uma regularidade, o que não havia sido alcançado quando da tentativa de implantação da primeira Agenda. À época, havia um grupo de professores que se reunia com certa periodicidade, mas que não dava continuidade ao trabalho. Com o novo grupo de professores, os projetos passaram a ser financiados pela própria Agenda, mediante recursos do DEX, além de se manter um serviço interno para registro, controle etc.

O Programa de Capacitação (Procap) investiu na divulgação dessa proposta focada nos funcionários da UnB. Diversos professores foram convidados para dar palestras e divulgar os objetivos do projeto. Houve a participação e contato direto com a área técnico-administrativa da UnB, tendo, em seguida, sido elaborado um edital voltado ao conjunto da comunidade universitária.

A prioridade desse projeto era incentivar e conscientizar sobre a importância da Educação Ambiental. Os funcionários que atuavam mais diretamente na manutenção do campus Darcy Ribeiro foram convocados para pensar, junto com os professores, como melhorar a gestão na UnB. As dificuldades sobre como canalizar e dar enfrentamento aos problemas existentes ainda hoje persistem, é verdade, mas àquela época a discussão começou a fluir de forma bastante plural, envolvendo os diversos segmentos da Universidade.

O plano de metas elaborado pelo novo grupo tinha objetivos claros, mas não de uma forma quantitativa. Em 2007 e 2008 haviam sido desenhados modelos de articulações (como núcleos e áreas temáticas), mas com as dificuldades então surgidas com a destituição do Reitor, e que afetaram as demais instâncias administrativas, o processo foi interrompido e todo o trabalho que estava sendo feito foi estancado.

De fato, o grupo de professores que conduzia a Agenda Ambiental era ambicioso no sentido de querer uma gestão ambiental de qualidade para a Universidade. Aquele era um momento para pensar as metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – expansão essa que estava em pauta dentro da Universidade. O desejo era que houvesse, por parte dos arquitetos e dos engenheiros que estavam encarregados de fazer os planejamentos de construção dos novos prédios e blocos, diálogo com o grupo responsável pela Agenda Ambiental. Esses professores tinham interesse em contribuir, ou seja, corrigir os erros do passado para se construir coisas mais sustentáveis e se realizar um trabalho mais organizado.

Entretanto, a resistência – principalmente da área técnica – foi acentuada. Naquele momento tinha-se um nível de decisão que estava voltado para a análise dos custos e não dos benefícios. As pessoas demonstravam ceticismo com algumas propostas, alegando, por exemplo, que adequar um prédio a energia solar sairia mais caro que permanecer utilizando a energia elétrica. Ainda que os professores entrassem com toda a idéia de análise custo/benefício, esse raciocínio não encontrava plena acolhida.

Contudo, o que se pretendia era tornar a Universidade o mais “green” possível, ou seja: a) coletar a água por meio de cisternas e fazer o reuso dela; b) desenvolver atitudes e implementar medidas que levassem à economia de energia; c) reciclar, reutilizar e reaproveitar os resíduos sólidos.

A cegueira era (e ainda é) tão grande que ainda hoje a Universidade tem prédios que são verdadeiras “aberrações”. O planejamento do prédio que foi construído em Planaltina não possui qualquer perspectiva sustentável. O prédio da Faculdade de Química no campus Darcy Ribeiro, embora recém-inaugurado, apresenta erros absurdos, não dispendo de capelas para a realização de trabalhos. Assim, é possível dizer que, ainda que os esforços levados a cabo tenham alcançado algumas metas, ainda há muito que fazer para que se atinja um adequado planejamento ambiental.

Em razão da iniciativa isolada de alguns professores, alguns laboratórios foram instalados, mas não como decorrência da Agenda 21. Foi o caso do Laboratório de Reaproveitamento de Resíduos Sólidos, do Laboratório de Resíduos da Construção Civil etc. Outros pequenos projetos tiveram seqüência, como o relativo às bicicletas, mas que em seguida foram roubadas. Tratou-se de uma iniciativa que não teve o apoio devido, e que, por falhas de gestão, não apresentaram os resultados pretendidos.

Entre os desafios que a gestão ambiental apresenta está, certamente, a necessidade de se criar, na UnB, uma legislação interna dispendo sobre a implantação da coleta seletiva, em estreita articulação com as cooperativas de catadores existentes. A pressão legítima exercida sobre a Universidade é sempre muito intensa, inclusive por parte do Ministério Público, visando a implementação de ações práticas que se pautem pelo paradigma da sustentabilidade.

Infelizmente há um raciocínio muito imediato de redução de custos, que põe sempre em perspectiva que a implantação de uma medida é muito cara, ainda que, no médio e longo prazo, apresente resultados satisfatórios.

Conforme as pessoas se manifestaram nas entrevistas realizadas, a gestão pública é muito controlada dentro da Universidade, sem estimular devidamente o debate e a iniciativa da própria comunidade. Há uma visão equivocada que dá a entender que a questão ambiental é apenas circunstancial e transitória. Por isso, o engajamento dos alunos e funcionários é capaz de fazer toda a diferença, pois eles, mais que ninguém, são os setores mais sensíveis à questão e os que possuem maior iniciativa de empreendedorismo.

Outro aspecto importante foi o que se relaciona aos projetos impulsionados pela comunidade: os prefeitos das superquadras da Asa Sul e Asa Norte, por exemplo, estavam muito preocupados com a questão do transporte público no Plano Piloto. Eles se mobilizaram, então, e foram até a Universidade buscando encontrar respostas para esse tipo de problema ambiental. A Faculdade de Educação se engajou na questão e passou a discutir, com os representantes comunitários, medidas que contribuíssem para a solução do problema. Partiu-se da premissa de que a Universidade tem o Ceftru, e que por meio dele poderia ser feito o protótipo de um veículo leve que fizesse a circulação interna na Universidade, resolvendo os problemas de congestionamento que o *campus* experimenta durante os horários de aula.

As mudanças climáticas têm chamado a atenção das pessoas de modo significativo. Nesse contexto, chamou a atenção uma experiência desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável/CDS no Tocantins, consistente na elaboração de um trabalho de análise, para a Universidade de Tocantins, das práticas de gestão sob o ponto de vista da sustentabilidade e da extensão. Focando o compromisso social da instituição e a vocação ecológica da Universidade, procurou-se dimensionar o cálculo do consumo de material, aí incluído combustível, alimentação, papel etc. Esse trabalho audacioso foi feito por professores da UnB, ainda que para uma universidade de outro estado, e, quando se indaga sobre a possibilidade de o mesmo ser feito com foco na UnB, a justificativa que surge relaciona-se à falta de recursos e à falta de interesse em enfrentar esses problemas no âmbito interno.

A falta de compromisso dos gestores, o descarte descontrolado de lixo em toda a UnB, a coleta desordenada de catadores no campus, são reflexos da falta de compromisso dos gestores no enfrentamento dessa pauta de discussão. Ela é necessária em todas as unidades acadêmicas, mas a cobrança dentro da própria Universidade ainda é muito falha. A educação ambiental assume papel importante e decisivo, e a conscientização ambiental reflete no trabalho não somente para indivíduos isoladamente considerados, mas para o coletivo.

Todo esse quadro complexo exige a construção de uma política ambiental para a Universidade. Mais do que uma Agenda, faz-se necessário um Regulamento com normas que sejam aprovadas nos colegiados superiores e se tornem vinculantes para todos. É nos conselhos da Universidade que os atores envolvidos podem obter o respaldo necessário, e é neles que se adotam as decisões-chaves para o futuro da instituição. Trata-se de uma pauta, afinal, que não pertence a grupos isolados, mas que guarda relação com os diversos setores e campos de atuação em que a Universidade se faz presente.

À época em que a Agenda Ambiental se iniciou, concebeu-se um projeto a ser desenvolvido pela Prefeitura tendo como objetivo básico ocupar os gramados da UnB. Como a Universidade tinha estudantes espalhados por todos os cantos, a idéia era proporcionar-lhes condições de ficar ao ar livre sem que isso implicasse na degradação dos jardins. Foi elaborado, então, um projeto de uma série de mesinhas com guarda-sol, a serem implantadas em diferentes lugares do campus, juntamente com equipamentos de lixo (coleta seletiva), de forma que, se os alunos e professores pretendessem aulas ao ar livre, eles teriam esse espaço e deixariam de estar confinados em salas de aula nas quais a luz precisa, quase sempre, estar acesa. A UnB tem imensos espaços a serem ocupados por todo o campus, mas que são subutilizados, ou menos não utilizados, por falta de infraestrutura.

Os custos desse tipo de projeto são baixos. Como se vislumbrava de uma forma exemplar a reutilização de recursos e a utilização de material reciclado, o projeto seria viável também do ponto de vista financeiro. Os desenhos foram feitos, os contatos realizados, mas a viabilização daquilo que se pretendia esbarrou na barreira política.

Outra questão emergente e que gera impacto ambiental relaciona-se ao descuido com os laboratórios do campus. Alunos e professores usam químicas muito pesadas e delas se desfazem despejando os resíduos nas pias. A partir daí, a contaminação fica inevitável, chegando mesmo a corroer os encanamentos.

Outro problema importante é que nos laboratórios, especialmente nos laboratórios da medicina, são os servidores, sem proteção, que lidam com cadáveres. Se faltar luz, por exemplo, eles carregam os cadáveres nas costas (sobe cadáver, desce cadáver) em condições absolutamente inadequadas e insalubres. Esses servidores são expostos a uma sequência de atos inadequados: agulhas usadas são descartadas no lixo comum, a exposição a animais que servem como cobaias se dá sem a proteção adequada. Recentemente, dois alunos, por acidente, se queimaram na Química, mas a gestão de pessoal nada fez no sentido de constatar as falhas e buscar sua superação, agindo no sentido de garantir, preventivamente, a saúde e a segurança dos alunos e servidores.

Assim, o desafio que se coloca para a UnB, nos próximos anos, é fazer um acordo envolvendo os três segmentos universitários, com metas muito claras, visando a gestão ambiental. O investimento pesado é fundamental para a otimização dos projetos, e ele precisa estar garantido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, inserido dentro de um programa anual que tenha sempre como meta a afirmação de uma Universidade em que a

sustentabilidade esteja presente em todos os níveis de atuação – econômico, financeiro, social e acadêmico.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2007, com o objetivo de retomar os trabalhos para a construção da Agenda 21 da Universidade de Brasília, criou-se o Núcleo da Agenda Ambiental da UnB – NAA. Nesse ano foi formada a nova Comissão da Agenda Ambiental da UnB. Da mesma forma, foi realizado o Fórum de Mobilização Permanente e apresentação do edital com a campanha “Mostre Seu Amor pela UnB”, onde foram abordadas três áreas de interesse: Resíduos Sólidos, Saúde e Nutrição e Mobilidade Sustentável.

Vejo que a UnB tem potencial para transformar-se em vitrine de boas práticas relacionadas à qualidade ambiental e ao desenvolvimento humano sustentável. Para isso é necessário o compromisso público e institucional dos gestores, professores, discentes e técnicos, deixando de lado as divergências políticas e unindo todos os segmentos para alcançar o êxito pleno.

É dever dos dirigentes e da sociedade agir para minimizar os impactos e implementar o almejado desenvolvimento humano sustentável – o desenvolvimento aliado à qualidade e manutenção da vida. A Universidade de Brasília pode vir a ser um modelo para as comunidades com quem trabalha na medida em que venha a aliar conhecimento e tecnologia ao compromisso local em benefício da vida de todos.

Constata-se, assim, que a Agenda Ambiental da UnB teria que ter ações previstas em diferentes direções, contemplando distintos segmentos sociais. Com base nas respostas apresentadas pelos entrevistados, pode-se dizer que tais ações devem surgir de iniciativas comuns entre os três segmentos da comunidade acadêmica, com base em critérios e em prazos razoáveis. Após as instâncias superiores da UnB assumirem o que deve ser feito, há que se priorizar os investimentos e colocar a infraestrutura da Universidade a serviço da viabilização dos projetos. Afinal, o que se faz necessário é uma completa revisitação das instalações de toda a UnB.

Verifico a necessidade de a UnB como um todo, deixando de lado as iniciativas individuais, engajar conjuntamente os valores científicos que produz para garantir a plenitude da gestão ambiental e da governança. É fácil constatar que, se as gestões administrativas e política conversarem entre si, os avanços surgirão, e será possível alcançar a superação de qualquer obstáculo. Antes de se constituir em entraves, os desafios se constituirão em excelente oportunidade para que os projetos ambientais se tornem realidade e permitam a construção de uma UnB ambientalmente sustentável e socialmente democrática.

## 7. Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. In: Encontros e Caminhos: formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). v. 1.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Site oficial.

CALLENBACH, E., et al. Gerenciamento Ecológico Eco-Management Guiado Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis . São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

**Agenda 21 Internacional**. Rio de Janeiro: Secretaria do Ambiente, 2002. 408 p. Disponível em: <<http://rebal21.ning.com/>>. Acesso em fev. 2011.

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p. Disponível em: <<http://rebal21.ning.com/>>. Acesso em: fev. 2011.

GENTIL, Valeria A. **Pessoas Residuais e os Resíduos das Pessoas: uma análise do desenvolvimento mercadológico do Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado: CDS/UnB, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHN, V. M; SILVA, V. G; AGOPYAN, V. **Agenda 21: Uma Proposta de Discussão para o Construbusiness Brasileiro**. Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Canela, 24 a 27 de Abril, 2001.

KRANZ, P. **Pequeno guia para a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LOUREIRO, C. F. O. **Movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação, 2006..

MACHADO, Eliany. **Educomunicação: de movimento popular à ciência**. In: Coleciona, fichário do educador ambiental. Brasília: MMA, v. 2, ano 1, set./out. 2008.

MAKIUCHI, M. F. R. & MOURÃO, L. **Cidade e Natureza: tecendo redes no processo de gestão ambiental**. Sociedade e Estado, v. 18, n. 1/2, p. 89-113, jan./dez. 2003.

MAKIUCHI, M. F. R. **Tessituras de uma rede: um bordado social**. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.



MALHEIROS, T. F; PHILIPPI JR, A; COUTINHO, S. M. V. **Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro**. Revista Saúde Sociedade. São Paulo, 2008.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**. Setembro, 2001.

MOURÃO, Laís. Redes para sustentar a vida. **Permear**, Brasília, fev./mar. 2005.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Francisco de Assis Moraes da Costa. (Org.). Brasília:

MMA, 2008. 50 p. Disponível em: <[http://www.cca.eca.usp.br/sites/cca.eca.usp.br/files/file/txbase\\_educom\\_20.pdf](http://www.cca.eca.usp.br/sites/cca.eca.usp.br/files/file/txbase_educom_20.pdf)>. Acesso em: mar. 2010.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

NNA - portais institucionais e portal da UnB e da Secretaria de Comunicação da UnB (SECOM).

ROBINSON, N. A. **Agenda 21: Earth's Action Plan**. Oceana Publications, Inc, 1993.

SACHS, I. **Desenvolvimento Inclusivo, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SITARZ, D. **Agenda 21: The Earth Summit Strategy to Save our Planet**. EarthPress, 1993.

SOARES, I. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, ano 7, n. 19, set./dez. 2000.

SPANGENBERG, J. H; PFAHL, S; DELLER, K. **Towards Indicators for Institutional Sustainability: Lessons from an analysis of Agenda 21**. Ecological Indicators, 2002.

VASCONCELOS, M. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, Carolina Ramallete. **Dialogo em Redes Solidarias: tecendo conexões socioambientais na UnB**. Dissertação de Mestrado CDS/UnB, 2011.